



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638677 - DF (2021/0001526-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Agravado em Execução n. 0740060-07.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena de 38 anos, 4 meses e 17 dias de reclusão pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, extorsão mediante sequestro e homicídio tentado, estando atualmente em regime semiaberto.

O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferiu o benefício de prisão domiciliar humanitária com base na seguinte fundamentação (fls. 98-99):

A decisão agravada indeferiu pedido de prisão domiciliar do agravante, ao fundamento de que o sistema penitenciário local está sendo continuamente monitorado, com elaboração de planos de ação tanto para a prevenção, como para o combate à pandemia.

Acrescentou que “não há comprovação nos autos de que o requerente seja portador de doença que não possa ser tratada intramuros, pela equipe de saúde da unidade prisional em que se encontra, ou mesmo que o deixasse mais vulnerável à contaminação pelo vírus SARS CoV-2, sendo certo que os cuidados demandados são comuns aos que devem ser observados por pessoas em situação semelhante.” (20080128, p. 1).

Há que se considerar que o atual momento, notadamente marcado pela pandemia da Covid-19, não pode levar a decisões precipitadas, pena de colocar em risco toda a coletividade.

A situação dos presídios ganha especial relevância. Seguindo recomendações do governo federal, previstas na Portaria Interministerial 7, de 18.3.20, medidas sanitárias têm sido adotadas a fim de garantir a integridade física e minimizar o risco de transmissão da Covid-19 nas penitenciárias.

A MMA. Juíza da Vara de Execuções Penais do DF, em 20.3.20, suspendeu, cautelarmente e de forma excepcional, as saídas de presos do sistema prisional, além de adotar outras medidas visando prevenir e combater os efeitos da propagação do novo coronavírus no sistema penitenciário do DF (<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/vep-df-suspende-saidas-de-presos-e-reforca-atencao-a-detentos-idosos>, acessado em 23.3.2020).

As visitas de familiares nas unidades prisionais foram suspensas desde 12.3.20 para evitar, ao máximo, que o vírus circule no sistema prisional. E, desde então, diariamente é solicitado que a SESIPE e diretores das unidades prisionais comuniquem qualquer intercorrência que demande intervenção emergencial.

A rotina de atendimentos médicos pelas equipes de saúde, no sistema prisional, foi mantida e ações de higienização das grades das celas e cubículos de viaturas estão sendo realizadas três vezes ao dia.

E, conforme informado na decisão agravada, “as informações preliminares referentes à primeira fase do estudo epidemiológico em desenvolvimento no Complexo Penitenciário da Papuda por equipe do programa de treinamento em epidemiologia aplicado aos serviços do sistema único de saúde – EPISUS, consolidada há cerca de 20 anos, que monitora diariamente o curso do vírus no sistema prisional e orienta as diretrizes a serem seguidas, indicam que as medidas de proteção da população penitenciária vem atingindo resultados positivos, na medida em que há indicativo de que cerca de 50% desse público já tenha tido contato com o vírus SARS CoV-2, alcançando um bom percentual de imunidade coletiva, sem a concretização da projeção inicial de que 20% precisasse de internação hospitalar e que 8% pudesse precisar de respirador artificial”(ID 20080128, p. 2).

As medidas até então adotadas a todos que têm acesso à população carcerária, atendendo à recomendação de isolamento, são exatamente para evitar a propagação do vírus.

É de conhecimento deste relator, que, em 10.9.20, a MMA. Juíza da VEP, nos autos ns. 0401846-72.2020.8.07.0015 (mov. 948.1), determinou a retomada gradual de benefícios externos – entre eles trabalho externo e saídas temporárias -- e visitas a presos no sistema penitenciário do DF.

A retomada das atividades externas demonstra, mais uma vez, que a situação sanitária dos presídios está sendo devidamente controlada pelas autoridades competentes.

Não obstante o agravante ser portador de Hipertensão Arterial Sistêmica, com descompensação leve no momento, relatório médico informou que “foram feitos ajustes na conduta terapêutica e orientações quanto ao correto uso das medicações anti-hipertensivas para melhor controle da moléstia citada” (Sistema SEEU, mov. 81.2).

Infer-se, pois, que o quadro de saúde do agravante está sendo acompanhado pelo sistema de saúde prisional.

Ademais, ele não provou que o local onde está preso não dispõe de equipe de saúde (art. 5º, I, “b”, da Recomendação n. 62 do CNJ). Ao contrário, as provas sugerem que em eventual caso de contágio pela Covid-19 ele será acompanhado pelos profissionais de saúde que atuam no estabelecimento prisional.

A impetrante sustenta deve ser o paciente posto em prisão domiciliar, uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente